

ENCAMINHAMENTOS TÉCNICOS SOBRE O PLANO DE APOIO AO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Elaboração:

Anna Saiter (SECULT – ES)

Camilla Nogueira (SETADES – ES)

06 de novembro de 2018

APRESENTAÇÃO

O objetivo dessa Nota Técnica é apresentar a posição do estado do Espírito Santo com sugestão de encaminhamento em relação a dois Programas:

- Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório (CLÁUSULAS 101 a 105) - Projeto Edital Doce;
- Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística (CLÁUSULAS 95 a 99) - ampliação do alcance da CLÁUSULA 95 e 99 para abranger o Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina (Colatina) e do Sítio Histórico de São Mateus (São Mateus), tombados pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo, para que sejam reconhecidos como comunidades atingidas, juntamente com Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira (MG).

1 - Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (CLÁUSULAS 101 a 105) - PG-013: PROJETO EDITAL DOCE

Está previsto no PG – 013 que o repasse do recurso para financiamento de atividades de cultura, turismo, esporte e lazer será através do Projeto Edital Doce.

De acordo à proposta, o edital selecionará projetos e apoiará sua execução visando a atender às demandas de pessoas e grupos das comunidades atingidas, nessas áreas de atuação.

Após discussões feitas no âmbito da Oficina realizada entre a Fundação Renova e o governo do estado do Espírito Santo, ocorrida em 07 e 08 de agosto de 2018 em Vitória/ES, e na 15ª Reunião da CT ECLLET, foram listadas três formas possíveis de repasse do recurso pela Fundação Renova, quais sejam:

- edital publicado diretamente pela Fundação Renova;
- repasse aos fundos estaduais de Cultura, Turismo e Esporte e Lazer para que esses lancem editais;
- repasse aos fundos municipais de Cultura, Turismo e Esporte e Lazer para que esses lancem editais.

Será demonstrado aqui que para a efetividade do financiamento de projetos a opção de repasse do recurso deve ser preferencialmente via fundos de Cultura, Turismo e Esporte e Lazer municipais, como forma de os municípios atingidos fortalecerem suas políticas de fomento à cultura, turismo esporte e lazer a longo-prazo. Assim, garante-se a eficácia da ação, por meio de uma medida estruturante. Desse modo, o repasse do recurso a fundos municipais deve ser a meta final para incentivar a criação e fortalecimento dos sistemas municipais de cultura.

1.1.Situação dos fundos municipais

Atualmente, poucos municípios dispõem de fundo municipal em funcionamento, nas áreas de cultura, turismo, esporte e lazer, mesmo assim, dos poucos que existem, a maioria senão a totalidade não prevê uso dos recursos via edital público. O fundo, juntamente com o conselho e o plano municipal são os instrumentos básicos que formam o sistema municipal numa determinada área de gestão, necessário para que o município seja integrado aos respectivos Sistemas Nacionais.

No caso da cultura, por exemplo, para que o fundo possa receber verbas é necessário que o conselho de cultura esteja instituído. É o conselho de cultura que vai estabelecer as diretrizes gerais para o fomento à cultura e fiscalizar a aplicação dos recursos do fundo. A gestão – ordenação de despesas, desembolsos e prestação de contas – deve estar a cargo do Poder Executivo local, representado pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura ou órgão equivalente.

Diante da ausência dos instrumentos básicos dos sistemas municipais de cultura, turismo, esporte e lazer, sugere-se que o repasse do recurso seja feita da seguinte maneira:

- 1º momento: nos dois primeiros anos os recursos sejam repassados aos fundos estaduais das áreas citadas, que irão distribuí-los via editais, tempo necessário para que cada município atingido constitua sua estrutura básica de gestão (conselho e fundo prioritariamente);
- 2º momento: os recursos poderão ser repassados diretamente aos fundos municipais que passarão a gerir editais próprios.

O recurso poderá ser repassado pela Fundação Renova na forma de “Doações e legados” respeitando a lei de fundos e seus decretos. Através desse instrumento, serão lançados os editais que permitirão o acesso ao financiamento dos projetos que estejam direcionados para o fortalecimento dessas áreas nos municípios impactados.

A Procuradoria Geral do Espírito Santo foi consultada sobre legalidade de repasse de recursos da Fundação Renova diretamente para o FUNCULTURA o PRO-ESPORTE e o FUNTUR, que sinalizou positivamente, contudo ainda não emitiu o parecer oficialmente.

2- Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística (CLÁUSULAS 95 a 99): PROJETO DE VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO CULTURAL

Para Douglas Gomes Silva, o patrimônio é um reconhecimento no tempo e espaço de determinado fio condutor que liga a um lugar, por meio de sinais que são construídos e remetem a uma noção de pertencimento.

A preservação do patrimônio histórico no Brasil dá-se através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. No Espírito Santo essa atribuição fica a cargo do Conselho Estadual de Cultura (CEC) criado pela Lei de nº 6 de 09 de novembro de 1967, como parte da estrutura da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT).

Um dos instrumentos da preservação é o tombamento, no caso do patrimônio material, como um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, paisagístico e também de valor afetivo para a população. Através do tombamento impede-se que o bem, individual ou em conjunto, agora investido do valor de patrimônio material, venha a ser destruído ou descaracterizado, culminando com o seu registro em livro especial denominado Livro de Tombo.

Para os objetivos desse documento, constatou-se que no Espírito Santo dois sítios históricos estão localizados em regiões atingidas pelo desastre da barragem de Fundão/Mariana (MG): o Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina, uma comunidade localizada às margens do Rio Doce, no município de Colatina; e o Sítio Histórico Porto de São Mateus, às margens do Rio São Mateus ou Rio Cricaré, no município de São Mateus. Ambos os sítios históricos são tombados pelo Conselho Estadual de Cultura.

2.1. Sítio Histórico de Itapina (município de Colatina)

Figura 1: Distrito de Itapina, município de Colatina.



O Distrito de Itapina dista 38 km da sede de Colatina. O acesso é por via terrestre não pavimentadas e pouco sinalizadas. Colonizada por Italianos, Alemães, Sírios e Libaneses foi uma localidade de grande importância econômica por volta de 1900, com seus casarões, repartições, galpões de café e casas comerciais, que apesar de decadentes retratam a vida áurea do Distrito. Entre as principais edificações encontra-se

a estação de ferro, a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a Capela de Santo Antônio.

A vila não possui equipamentos de hospedagem, que é suprida pelo sistema Cama e Café em casas de moradores da localidade. A oferta de pontos comerciais também é reduzida, e os poucos existentes oferecem alimentação.

A arquitetura do Sítio Histórico de Itapina reflete o período de prosperidade que o vilarejo viveu durante o período do café e pela construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, atualmente administrada pela concessionária Vale S.A. As edificações apresentam predominantemente características ecléticas e protomodernas, além da arquitetura popular do imigrante e da arquitetura tradicional brasileira. Estes imigrantes trouxeram consigo a sua cultura, seu modo de vida e de trabalho, e a necessidade de adaptação ao novo meio e de preservação da cultura da terra natal que se faz presente na arquitetura por eles difundida.

A arquitetura ferroviária marca presença através da Estação de Itapina, desativada em 1980 com a saída da população do vilarejo como decorrência da queda da produção do café. Como a estação encontra-se desativada, atualmente foi construído um ponto de parada ao lado, para os passageiros embarcarem no trem, tendo em vista que os trilhos permanecem cortando Itapina.

Em 2013, 82 imóveis do vilarejo foram tombados em nível estadual; outros 43 foram decretados de interesse de preservação para compor o Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina. Como o tombamento é recente, pouco se avançou efetivamente para garantir o que foi decretado na Resolução nº 003/2013.

Com todas estas tradições diferentes, o vilarejo desenvolveu um modo de vida singular e até mesmo de intensa atividade cultural para a época, resguardando as devidas proporções.

Hoje, após a valorização cultural da vila, Itapina passou a receber anualmente o Festival Nacional de Viola (Fenaviola), com a presença de músicos e violeiros da

região, que atrai centenas de turistas que ocupam as ruas da vila e se hospedam nas casas que guardam em sua arquitetura a história do lugar.

O projeto do Museu Virgínia Tamanini, ainda não instalado, foi criado para homenagear uma das moradoras mais ilustres da vila. Dona Virgínia, como era conhecida na região, foi uma escritora capixaba, autora do romance Karina (1964) que narra a trajetória de imigrantes italianos na região. Apesar destas atividades pontuais, é preciso fazer muito mais para que o vilarejo possa crescer preservando sua história e memória.

De modo geral, sabe-se que a melhor forma de se preservar uma edificação é através de seu uso adequado e ininterrupto. Em Itapina pode-se perceber que a maior parte do casario está preservada, porém foi constatado que há um grande número de imóveis fechados e abandonados, o que pode resultar na perda total de sua estrutura, como já vem acontecendo com alguns deles.

O fato é que o cenário da região está passando por mudanças, fator decorrente da forte seca por meses em 2013 e da lama de rejeitos que atingiu o Rio Doce no final de 2015 colocando em risco marcas da história do desenvolvimento local e da luta dos imigrantes que se fazem presentes e precisam ser preservadas.

De acordo com o Diagnóstico de Impacto realizado com base na CLÁUSULA 101, do Programa de apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, levantou-se que em Itapina os moradores da vila viviam da pesca no Rio Doce, da cooperativa de costura que atende ao polo de confecção de Colatina e do turismo que está baseado no segmento de esporte voltado para a pesca.

Na Análise SWOT e Matriz de Avaliação e Impacto, metodologia aplicada durante esse Diagnóstico, o que se se identificou para o caso do bairro Maria Ortiz, em Colatina, pode ser estendido a Itapina para descrever as condições de vida e o estado de ânimo de seus moradores após o desastre.

Impactos em Itapina	
No campo do	Além do impacto ambiental e na paisagem, a Pesca de Arremesso era um atrativo e uma fonte de renda na comercialização dos pratos à base de

turismo	peixes de água doce. Com o evento de Mariana a pesca no rio foi suspensa, juntamente com toda uma cadeia de práticas que dependia dessa atividade.
No campo da cultura	Houve Impacto sobre Bens Culturais Imateriais e Costumes face ao comprometimento das características tradicionais da comunidade ribeirinha pela proibição da pesca. O relacionamento comunitário ficou prejudicado devido às características do processo indenizatório que beneficia parte da população.
Na área de Esporte	Impacto sobre recursos naturais voltados a práticas esportivas - Restrição ao uso dos recursos naturais para práticas da pesca esportiva no rio.
Na área de lazer	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer - Subtração do acesso ao Rio Doce para o banho e como local de convivência entre os moradores, o que representa forte impacto na cultura imaterial do lugar.

Diante desse quadro, a análise SWOT reconhece que apesar da promoção da pesca esportiva apresentar uma elevada capacidade de resposta aos impactos diagnosticados, o seu retorno é difícil pelo menos no médio prazo, pois a atividade depende necessariamente de atestados da qualidade da água do Rio Doce.

A mesma análise SWOT também indica como oportunidade para Itapina o desenvolvimento do turismo cultural levando em conta a valorização cultural do Conjunto Histórico e Paisagístico da localidade, a partir de seu tombamento, apresentando, assim, elevada capacidade de transformação com risco relativamente baixo.

Em visita técnica à comunidade de Itapina em setembro de 2018, a SECULT ouviu a comunidade afirmar que, afora a prioridade absoluta para o retorno da garantia da qualidade da água em uso pela população, um dos fatores que mais incomodam os moradores é seu isolamento dos núcleos urbanos pela falta de pavimentação da via de acesso a Colatina (Mapa 2 - ES -164).

Mapa 2: ES- 164 - Itapina - Colatina, sentido Itaguaçu



Entendem que com a pavimentação o fluxo de pessoas aumentaria e seria contínuo. Isso animaria seus habitantes para a recuperação de sua autoestima, para o valor da preservação de seu patrimônio, pois passariam a ter condições financeiras, para arcar com a manutenção dos imóveis, uma das exigências da lei de tombamento estadual; além de contribuir para que a comunidade saia da situação depressiva em que se encontra hoje por se sentir fora do mapa.

Dessa forma, a pavimentação das vias de acesso, permitirá que a comunidade possa ir e vir facilmente à sede do município para solucionar suas necessidades cotidianas e sentir-se valorizada pelo reconhecimento do valor cultural de sua arquitetura e paisagem a partir do retorno dos visitantes, lembrando que o fluxo turístico atual é praticamente inexistente.

Aquilo que é apresentado pela análise SWOT como projeto, ou seja, a ‘Promoção e Estruturação do turismo cultural em Itapina’ por meio da capacitação da comunidade e dos empreendimentos para o atendimento ao turista entendemos que deverá ocorrer assim que outras medidas forem tomadas. Entre as medidas prioritárias estão o retorno à garantia de qualidade da água em uso e a pavimentação de vias de acesso.

Enfim, o trabalho de construção da memória e preservação cultural abarca iniciativas do passado, do presente e destina-se ao futuro. Para que as gerações futuras

possam usufruir desse patrimônio cultural, o Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística deverá beneficiar os Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina, com a aplicação da Cláusula 98 do TTAC, que diz:

A Proposta de Intervenção no patrimônio cultural, a ser implementada pela Fundação, deverá contemplar (...) d) ações para o resgate, a transmissão geracional e a promoção das atividades culturais das comunidades, tais como festas e celebrações, conhecimentos e técnicas tradicionais, artesanato e culinária.

Todavia, para que a Cláusula 98 possa ser cumprida antes terá que haver a ampliação do alcance da Cláusula 95, passando a abranger o Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina (Colatina), tombados pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo, para que seja reconhecido como comunidade atingida, tombada como patrimônio cultural por órgão estadual ou federal, assim como o são as localidades mineiras de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

O mesmo deverá ocorrer com a Cláusula 99, ou seja, a ampliação de sua abrangência para que possa beneficiar o distrito de Itapina, cujas atividades esportivas, de lazer e comunitárias em torno do Rio Doce foram interrompidas por causa do rompimento da barragem de Fundão/Mariana (MG).

2.2. Visita técnica ao Distrito de Itapina

Em visita técnica realizada no dia 12 de setembro de 2018, os servidores Anna Saiter (SECULT/CT-ECL) e Luiz Henrique Rodrigues (SECULT/CT –IPCT) realizaram um momento de escuta com representantes dos moradores do Sítio Histórico de Itapina, no distrito de Itapina, uma comunidade às margens do Rio Doce, no município de Colatina/ES, para coletar informações sobre as condições de vida da comunidade, após o desastres da barragem de Fundão que afetou o Rio Doce que banha o distrito.

Na oportunidade os representantes relataram a precariedade do abastecimento de água para os moradores. Apesar da contaminação do Rio Doce, a população permanece consumindo a água do rio, acrescida de cloro, por falta de opção. A precariedade do abastecimento de água à comunidade foi intensificada devido a um desvio de uma

nascente de água vizinha ao centro de Itapina. Esse desvio foi feito pelo dono da propriedade próxima à nascente, comprometendo parte da água que poderia abastecer a comunidade. O restante da água que sobrou vem sendo misturada à água do Rio Doce e abastece a comunidade. Desse modo, pela contaminação do rio e pelas dificuldades na distribuição da água disponível no distrito, a qualidade da água para consumo humano está altamente comprometida. Muitas pessoas relataram que estão apresentando problemas de saúde, como diarreia, vômito, enjoo etc.

Os representantes presentes na reunião com os servidores estaduais também relataram que há dificuldades de acesso ao distrito, devido às péssimas condições dos meios de acesso e estradas.

As condições de mobilidade para outras cidades e centros é muito precária. Os moradores se deslocam de ônibus circular, por estradas sem pavimentação e sem manutenção. O risco de acidente é alto, e quando chove, o trânsito por essas estradas fica praticamente impedido, isolando os moradores e dificultando o acesso de turistas, de turmas de escola etc que se interessam em conhecer o Sítio Histórico.

Os representantes relataram que existe um serviço de transporte hidroviário que através de uma balsa liga Itapina à rodovia estadual ES 259, por onde circulam diversas linhas de ônibus. No entanto, esse serviço de transporte hidroviário está temporariamente desativado, pois a balsa está se adequando às exigências impostas pela Marinha. Além desse empecilho, a travessia está sendo impedida por banco de areia que se forma no rio em período de seca. Pedem, então, que seja feita uma dragagem no Rio Doce para criar condições de navegabilidade no trecho da travessia.

A outra dificuldade de acesso ao distrito está relacionada às estradas que ligam o distrito às cidade de Colatina e Itaguaçu. Os representantes relataram que há uma demanda emergencial de pavimentação da estrada que liga o distrito de Itapina ao centro de Colatina, centro urbano administrativo onde solucionam seus problemas do dia-a-dia e buscam alguma forma de sociabilidade, quando possível.

As atividades turísticas e econômicas de Itapina estão paralisadas desde o desastre do Rio Doce. Antes da tragédia a vila recebia turistas que vinham de trem visitá-la e conhecer o acervo histórico do lugar. Havia também os pescadores que acampavam às margens do rio e consumiam os produtos da vila. Após o rompimento da

barragem, contaminação do rio, esse fluxo foi interrompido. Hoje, a visita de alguém é quase um milagre.

A economia do lugar está estagnada e a falta de novos empreendimentos impossibilita que as pessoas melhorem suas condições de vida. Para a preservação do patrimônio cultural – Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina - isso é drástico, pois sem renda os proprietários dos imóveis não conseguem manter suas casas em boas condições de conservação. Muitas casas estão simplesmente desmoronando.

Os moradores finalmente informaram que a Fundação Renova esteve no distrito de Itapina algumas vezes para tratar de indenização exclusivamente. No entanto, há pessoas que não receberam indenização até hoje e estão sem uma explicação para isso.

2.3 Sítio Histórico Porto de São Mateus

Figura 2: Sítio Histórico de São Mateus



O Rio São Mateus ou Rio Cricaré, deságua no Oceano Atlântico na cidade Conceição da Barra. Já o Rio Mariricu, um defluente do Rio Cricaré, deságua no Oceano Atlântico em Barra Nova, distrito de São Mateus. A deliberação 58º do CIF incluiu São Mateus e Conceição da Barra entre os municípios atingidos pela lama de rejeitos. Considerando que o Rio Cricaré está interligado a duas áreas com contaminação (São Mateus e Conceição da Barra), não pode ser descartada a presença de vestígios contaminantes em suas águas, que por apresentarem um nível bastante baixo **já vinham sendo invadidas pelas águas salgadas do oceano**, causando

transtorno no abastecimento de água para a população da cidade de São Mateus, localizada às margens desse Rio.

O Sítio Histórico Porto de São Mateus, casario do conjunto arquitetônico que data do século XVIII, desenvolveu-se às margens do Rio Cricaré, em torno de uma grande praça portuária, denominada Praça do Chafariz, na cidade de São Mateus. Durante o século XVIII o local adquiriu a função de porto negreiro - o de maior destaque do período colonial em terras capixabas.

Esse Sítio possui grande relevância histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística, já que entre os Sítios Históricos tombados no Espírito Santo é o único ligado ao ciclo da mandioca. Os demais sítios vinculam-se ao ciclo do café.

O tombamento do Porto de São Mateus foi instituído pelo Conselho Estadual de Cultura por meio da Resolução nº 01/76, datada de 18 de outubro de 1976 e abarcou 33 edifícios, térreos e sobrados.

A aparência do Sítio Histórico do Porto de São Mateus, tal como se apresenta hoje, provém de uma intervenção de âmbito local efetivada entre 1997 e 1998, por meio de um convênio (nº 136/97) com o Ministério da Cultura, firmado em dezembro de 1997.

Atualmente, moradores e frequentadores do Porto relatam dificuldades com relação à pavimentação dos acessos¹. Os pisos dos acessos são: na ladeira São Benedito, parte em pedra marroada e lajes de pedra e parte em paralelepípedo, e na Ladeira Cyro Sodré, em pedra pé de moleque sem conservação. Na Praça do Chafariz o piso é em pedra marroada, assentado entre 1997/1998, o que tem gerado muita reclamação pela dificuldade de se utilizar a praça para dança, capoeira e demais atividades comunitárias de lazer e cultura, entre outras.

Sendo assim, o Porto tem sido pouco utilizado, o que leva ao isolamento e à insegurança da população em frequentá-lo. Os imóveis estão quase sempre fechados. O único imóvel que abre regularmente é o que abriga a Secretaria de Cultura. Em 2016 a Biblioteca Municipal que ocupava uma das casas e garantia uma certa movimentação no

¹ Para outras informações consultar <https://secult.es.gov.br/Media/secult/resolu%C3%A7%C3%B5ess1/An%C3%A1lise%20da%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ambiente%20Cultural%20de%20S%C3%A3o%20Mateus.pdf>

lugar foi deslocada para a cidade alta. Essa ausência de projeto para a área tem facilitado seu uso para atividades ilícitas, cada vez mais frequentes em seu entorno.

Portanto, com o reconhecimento do vale do Rio Cricaré como região impactada pelos rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, sugere-se melhorias na via de acesso ao Sítio Histórico Porto de São Mateus e a correção da pavimentação da Praça do Chafariz, que permitam condições adequadas de mobilidade e uma apropriação por parte da comunidade que poderá usá-la para desenvolver suas atividades de cultura, esporte e lazer, o que se enquadra na alínea “d” da Cláusula 98 do TTAC.

Todavia, apesar de a Deliberação 58, no ítem 1), nomear as comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão nas “áreas estuarinas, costeira e marinha” dos novos municípios e regiões reconhecidos como impactados no Espírito Santo, o ítem 4) dessa Deliberação admite a possibilidade de novas inclusões, conforme escreve: “Esta Deliberação não descarta a possibilidade de que impactos ambientais e socioeconômicos em outras comunidades possam ser identificados no futuro.” Com certeza os estudos e diagnóstico sobre os impactos nesses novos municípios vão confirmar ao fato de que a região do Sítio Histórico do Porto de São Mateus, localizado às margens do Rio Cricaré, está entre as áreas impactadas pelo desastre citado.

Sendo assim, como foi solicitado para Itapina neste mesmo documento, para que a Cláusula 98 possa ser cumprida antes terá que haver a ampliação do alcance da Cláusula 95, passando a abranger o Sítio Histórico Porto de São Mateus, tombado pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo, para que seja reconhecido como comunidade atingida, tombada como patrimônio cultural por órgão estadual ou federal, assim como o São Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira (MG).